

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: O peso da inflação dos preços controlados	2
Título: Mineração em reservas	4
Título: Tarifa residencial de energia promete alívio	5
Título: Mudança em sistemática de cálculo do ONS deve surtir efeito em 2020.	6
Título: Aproximação entre EUA e China puxa cotação do barril de petróleo	8
Título: Vale troca empréstimo	9
Título: RenovaBio dá esperança a indústrias de base	10
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	12
Título: Gás de cozinha sobe 5% a partir desta sexta	12
Título: Hidrelétricas atingem menor nível desde 2014	13
VEÍCULO: O Globo	14
Título: Petrobras sobe preço do gás de cozinha em 5% nas refinarias	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 27/12/2019**Seção:** Brasil**Autor:** Claudia Safatle**Título:** O peso da inflação dos preços controlados

Superada a herança inflacionária e com os preços sob controle, pouco se fala hoje da inflação acumulada ao longo dos anos e dos seus vilões. Em duas décadas, de 1999 a 2019, porém, os preços tiveram aumento de 240% e os setores que apresentaram os maiores aumentos reais foram justamente os administrados, regulados e de segmentos onde há baixa competição.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) intitulado “Inflação Brasileira nas Últimas Duas Décadas” aponta que foram os preços controlados, a exemplo das áreas de saúde e educação, transportes e energia elétrica, os que mais cresceram.

De 1999 para cá serviços de saúde aumentaram 374%

A formação de preços nesses setores não obedece aos ditames da oferta e da demanda. Falhas de mercado justificariam intervenções do governo. Além do que são serviços não expostos ao comércio internacional (“nontradables”). Esse conjunto de fatores faz com que não haja um regime de competição, dando ao mercado características de oligopólio.

O estudo foi feito com base em uma longa série de dados do IPCA, que começa em agosto de 1999 - quando foram disponibilizados os preços de itens como celulares e microcomputadores - e termina em março de 2019, perfazendo 19 anos e nove meses.

O campeão de aumento de preços no Brasil, no período citado, foi a área de serviços médicos e hospitalares, setor com demanda inelástica no qual o aumento foi de 374%. Nesses, o maior controle é sobre a permissão profissional do médico, que restringe a oferta do serviço. A inovação tecnológica aumentou a competitividade das grandes empresas mas também intensificou-se a barreira de entrada de empresas de menor porte, dificultando a competição.

Energia elétrica vem em segundo lugar, com aumento de 358%. Setor administrado pelo governo que, além das suas especificidades, teve uma “quebra estrutural” na curva de preços em dezembro de 2012, quando o Palácio do Planalto editou a medida provisória 579, que pretendia reduzir em 20% a tarifa de energia. A medida, desastrada, gerou pressão sobre os preços. Somou-se a isso uma crise hídrica entre 2013 e 2014 que demandou ativação de usinas

termoelétricas, cujo custo de geração de energia é muito superior às hidrelétricas, para garantir o fornecimento de energia.

Em terceiro lugar na lista dos vilões da inflação está o transporte público, que teve aumento de 352%. As concessões de transporte urbano são municipais e o setor opera em forma de monopólio ou oligopólio. O transporte rodoviário interestadual, também é parte da cesta, é regulado pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), responsável pelos reajustes tarifários.

Além de ter mercado protegido, o preço do combustível e as políticas públicas de passe livre para determinados grupos se refletem em aumento de preços das passagens para os demais usuários, cita a CNI.

A inflação na área da educação foi de 340% de 1999 para cá. Aqui a restrição à competição ocorre principalmente pela atuação regulatória do Ministério da Educação, que concede autorização as empresas e reconhecimento do curso. Além disso, políticas de financiamento estudantil, como o Fies, geraram pressão de demanda pelo serviço, que tem uma oferta restrita no curto prazo, contribuindo para o aumento de preços, segundo o estudo.

Nos períodos de entressafra os alimentos têm picos de preços. A alimentação básica vem em quinto lugar, com uma inflação de 292%, sendo uma exceção entre os itens que tiveram aumentos substanciais de preços, pois os alimentos não são controlados e estão expostos ao comércio externo.

A sazonalidade de alguns itens que compõem a cesta (principalmente feijão, arroz e tomate) justificam, em parte, os picos de preços que em geral ocorrem na entressafra, no segundo semestre.

Os combustíveis, gasolina e óleo diesel -aparecem em sexto lugar com uma inflação acumulada de 279% no período. O setor opera como um monopólio da Petrobras, empresa que define os preços. Entre 2011 e 2014 os combustíveis ficaram congelados por decisão do governo federal. A partir de 2016 a política de ajuste de preço passou a acompanhar o mercado externo.

A exceção ficou por conta dos medicamentos que tiveram, nas duas décadas, aumento de 173%. Abaixo, portanto, da inflação. Esse preço é regulado pela lei 10.742/03. Entre os componentes da cesta de medicamentos estão os remédios subsidiados e distribuídos nas farmácias populares. Esses fatores explicam porque os medicamentos, mesmo sendo regulados, tiveram comportamento inferior ao da inflação.

Os itens que acompanharam a evolução do IPCA foram habitação, recreação e lazer e cuidados pessoais. Habitação acumulou reajustes de 246%; a inflação de recreação e lazer foi 231%; e a de cuidados pessoais, de 227%.

O estudo da CNI sustenta, ainda, que os bens expostos à competição de mercado e inovação tecnológica tiveram queda de preços. Os manufaturados, por exemplo, apresentaram forte queda de preço real e, em alguns casos, nominal. Os dos televisores e microcomputadores, tiveram queda de 57% e 66%, respectivamente. A abertura comercial aumentou a entrada de importados e a competição de mercado contribuiu para a retração de preços.

O setor automobilístico foi o que mais se beneficiou com as medidas anticíclicas que se seguiram à crise internacional de 2008/2009. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e isenções fiscais provocaram quedas nos preços de veículos entre janeiro de 2009 e maio de 2012. Os veículos novos perderam valor real ao longo do período, dado que para uma inflação de 240% o valor de mercado dos carros acumulou crescimento de 44%.

Para o gerente executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, esses dados são a comprovação de que, a despeito de todos os problemas, “o mercado regula melhor os preços dos bens e serviços do que a intervenção governamental”. A mesma constatação pode ser feita durante os períodos em que o CIP (Conselho Interministerial de Preços) e a Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento) controlavam os preços do aço ao pãozinho, nos anos de 1970 e 1980.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2019

Seção: Curtas

Autor:

Título: Mineração em reservas

O ator Leonardo DiCaprio usou suas redes sociais para criticar a possibilidade de abertura de terras indígenas brasileiras para a mineração. DiCaprio disse que “apesar das leis brasileiras que fazem com que a mineração seja ilegal na Terra Indígena Ianomami”, garimpeiros invadiram as áreas protegidas, trouxeram malária e contaminaram os rios com mercúrio. A crítica do ator veio acompanhada de uma imagem de indígenas que, usando seus corpos, formaram a mensagem “Fora Garimpo”. O registro foi feito na Terra Indígena Ianomami, em Roraima, em 23 de novembro. Cerca de 120 indígenas participaram da formação da mensagem. Pesquisa Datafolha recente contratada pela organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental) mostra que 86% dos brasileiros discordam da permissão à entrada de empresas de exploração mineral nas terras indígenas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 27/12/2019**Seção:** Brasil**Autor:** Letícia Fucuchima**Título:** Tarifa residencial de energia promete alívio

Após anos em trajetória de alta, as tarifas residenciais de energia elétrica devem mostrar queda em 2020. Entre os principais fatores de alívio para o próximo ano, especialistas apontam a expectativa de menor custo das distribuidoras com compra de energia e a quitação do empréstimo bilionário chamado “conta-ACR”, que pesava sobre a conta de luz desde 2014.

A TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, prevê um recuo de 0,1%, em média, aos consumidores residenciais em 2020. O cálculo leva em conta os reajustes tarifários de 38 distribuidoras. Num monitoramento mais restrito, com as 19 distribuidoras consideradas no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a projeção é de queda de 0,7% das tarifas, em média.

Já o impacto sobre a inflação deve ser praticamente nulo em 2020, prevê a TR. Nos cálculos da empresa, a energia elétrica deve contribuir com leve deflação de 0,06 ponto percentual na composição do índice geral, já levando em conta previsões de acionamento das bandeiras tarifárias.

Na mesma linha, a consultoria Thymos Energia projeta uma redução média de 3,08% na conta de luz no próximo ano, com queda de 1,12% estimada para consumidores residenciais e outras unidades conectadas à rede de baixa tensão.

Segundo especialistas, um dos fatores que devem aliviar a pressão sobre as tarifas é a expectativa de menor custo com contratação de energia em 2020. Helder Sousa, diretor de Regulação da TR, diz trabalhar com uma melhora do risco hidrológico (GSF, no jargão setorial) em comparação com 2019, além de um Preço de Liquidação das Diferenças (PLD, referência para contratos de energia no mercado de curto prazo) um pouco menor.

As distribuidoras repassam o custo do risco hidrológico aos consumidores por meio das bandeiras tarifárias, mas nem sempre esse sistema arrecada toda a quantia necessária. De acordo com projeções da Thymos, a arrecadação com o regime de bandeiras em 2020 deve atingir R\$ 5,6 bilhões, e será um dos atenuantes das tarifas no ano.

O custo com o risco hidrológico que não é capturado pelas bandeiras é arcado pelas distribuidoras no momento e, posteriormente, repassado aos consumidores nos reajustes tarifários.

A pressão sobre as tarifas de energia também será suavizada pelo fim da cobrança da “conta-ACR”, mecanismo que repassava recursos às distribuidoras que enfrentaram dificuldades na crise hídrica de 2014.

O empréstimo contraído para lastrear a conta, de R\$ 21,2 bilhões, venceria em abril de 2020, mas foi quitado em setembro deste ano, após negociações envolvendo Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ministério de Minas e Energia e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). De acordo com a Aneel, o pagamento antecipado proporcionou um alívio de R\$ 8,4 bilhões nas tarifas de energia elétrica, sendo R\$ 6,4 bilhões em 2019 e R\$ 2 bilhões em 2020. Em termos percentuais, o fim da dívida permitirá reduções médias nas tarifas de 3,6% e 1,2%, nessa ordem.

Por outro lado, joga contra uma queda mais forte das tarifas o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), maior encargo incidente sobre a tarifa de energia. A cota CDE Uso, parte do orçamento que é paga pelo consumidor, alcançou R\$ 20,1 bilhões em 2020, 23,8% superior a 2019. Esse acréscimo está relacionado principalmente à suspensão do fornecimento de energia da Venezuela para Roraima, devido à crise vivida pelo país vizinho. Com isso, o estado está sendo abastecido com energia mais cara, produzida por usinas termelétricas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Mudança em sistemática de cálculo do ONS deve surtir efeito já em 2020

Descasamento entre operação horária e preço semanal pode levar aumento do ESS; a partir 2021, expectativa é de redução.

Embora só entre totalmente em vigor em 2021, a mudança do cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) já deve produzir efeitos no próximo ano, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) começará a usar um novo modelo computacional para programar o despacho de usinas geradoras. Segundo agentes do setor, o descasamento entre o cálculo ainda semanal do preço e a operação horária pode provocar, nesse ano de transição, um aumento do ESS, encargo pago a geradores termelétricos e rateado pelos consumidores.

O PLD serve de referência para contratos de compra e venda de energia no mercado de curto prazo e, hoje, é calculado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa periodicidade não é considerada

ideal, já que ter patamares fixos durante a semana inteira impede que o mercado opere com preços realistas, que reflitam momentos de maior ou menor demanda e geração de energia. A mudança no cálculo do PLD se tornou ainda mais necessária diante do aumento da participação de fontes renováveis na matriz energética, como solar e eólica, que mostram maior variabilidade na geração.

Por isso, há anos se discute a implementação do preço horário, como forma de otimizar a operação do sistema elétrico. Dada a relevância do tema, as novas regras serão colocadas em prática em duas fases. A partir de 2020, o ONS adotará mais um programa computacional em suas operações, o Dessem, que trabalha com o curtíssimo prazo. Esse modelo calculará o custo marginal de operação (CMO), o balanço de energia e a previsão de geração por fonte em intervalos de 30 minutos. Em 2021, o Dessem passará a ser aplicado no cálculo do PLD de hora em hora, para o dia seguinte.

Assim, 2020 deverá ser um ano atípico para o setor, que conviverá com uma operação horária e preços ainda fixados semanalmente. Segundo especialistas, com maior variabilidade dos despachos, o ONS poderá ter que acionar mais vezes termelétricas cujos custos de operação nem sempre estarão cobertos pelo preço semanal. Nessas situações, o pagamento desse diferencial aos geradores termelétricos se daria pelos Encargos de Serviços de Sistema (ESS).

O presidente do ONS, Luiz Eduardo Barata, afirma que esse descasamento temporário não deverá produzir diferenças “notáveis” em relação ao que se observa hoje. De acordo com ele, em tese, a agregação do CMO (indicador base para o cálculo do PLD) dado em base semi-horária pelo Dessem deverá se aproximar bastante dos patamares dos cálculos semanais.

Barata ressalta ainda que o ONS está mirando 2021, quando as duas regras estarão “acopladas”. Com o PLD horário totalmente implementado, a expectativa é de redução da geração fora da ordem de mérito e também do encargo ESS.

O tratamento dos encargos decorrentes dessa situação é um dos temas que estão sendo tratados em consulta pública da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem por objetivo aprimorar as regras de comercialização de energia com a entrada em operação do Dessem.

O adiamento da implementação do PLD horário foi anunciado em agosto pelo governo. A determinação acabou frustrando parte do setor, que esperava contar com o preço horário já em 2020. Mas o presidente do ONS avalia que a decisão “acabou saindo melhor que a encomenda”. “Todos poderão se preparar para a mudança. Nesse ano de transição, comercializadores e geradores vão poder checar suas estratégias”, afirma Barata, que diz ainda não enxergar risco de nova postergação.

Já do ponto de vista dos consumidores, o preço horário pode resultar em aumento de custos aos que não se prepararem, alerta a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace). Segundo estudo realizado a pedido da entidade pela Replace Consultoria, um shopping center poderia ter despesa adicional de R\$ 2,00 por megawatt-hora (MWh) na conta de luz com a mudança do PLD.

Os cálculos foram feitos para um contrato “flat” - com distribuição da mesma quantidade de energia para todos os meses - e se basearam em dados de janeiro a agosto da “operação sombra” (simulações da CCEE com o preço horário). Por isso, a Anace defende que consumidores estudem seu perfil de consumo antes de definir a estratégia de contratação.

Marcelo Ávila, vice-presidente da Comerc Energia, aponta que o novo PLD também é uma oportunidade de novos produtos surgirem no mercado. Como exemplos, o executivo cita sistemas de armazenamento de energia (como baterias) e programas de “resposta à demanda”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Aproximação entre EUA e China puxa cotação do barril de petróleo

O contrato do Brent para fevereiro terminou a sessão de ontem em Londres com alta de 1,07%, a US\$ 67,92

Os preços do petróleo fecharam a sessão de ontem em alta na volta do feriado do Natal, após um relatório semanal do Instituto de Petróleo Americano (API, na sigla em inglês), divulgado na terça-feira, ter indicado um declínio maior do que o esperado nos estoques da commodity nos Estados Unidos.

Os contratos futuros do Brent para fevereiro terminaram a sessão em alta de 1,07%, a US\$ 67,92 o barril, na ICE, em Londres, enquanto os preços do West Texas Intermediate (WTI) para o mesmo mês fecharam em alta de 0,93%, a US\$ 61,68 o barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex).

Na terça-feira, o API informou que os estoques de petróleo dos EUA caíram em 7,9 milhões de barris na semana encerrada em 20 de dezembro. O relatório semanal também mostrou declínio de 2,2 milhões de barris no principal centro de distribuição de petróleo dos EUA, em Cushing, no Oklahoma.

Os dados vieram após o relatório divulgado pelo Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês) ter apontado grande alta nos estoques na semana anterior nos

EUA. “O relatório atual pode fornecer aumento para os preços do petróleo, que vêm subindo com frequência nos últimos dias”, escreveu Phil Flynn, analista de mercado sênior do Price Futures Group.

O volume de negócios tem sido reduzido nas últimas sessões, em meio às festas de fim de ano. O feriado também fez com que a divulgação dos dados oficiais de estoques nos EUA, que normalmente são apresentados na quarta-feira, fosse adiada para hoje.

Os preços do petróleo caminham para encerrar o ano em forte alta. No acumulado anual, a referência global de petróleo já subiu mais de 21%, enquanto a referência americana registra ganhos superiores a 28%.

Nas últimas semanas, o rali no mercado de petróleo pegou carona no otimismo com a proximidade de um acordo parcial entre os Estados Unidos e a China. No mês, as referências registram ganhos superiores a 10%.

Na quarta-feira, as autoridades chinesas confirmaram que estão perto de assinar um acordo comercial “de fase um”, um dia após o presidente dos EUA, Donald Trump, ter dito que ele e o presidente da China, Xi Jinping, teriam uma cerimônia de assinatura do pacto comercial parcial.

A guerra comercial de 18 meses entre as duas maiores economias do mundo atingiu o crescimento econômico global e a demanda por petróleo, tendo pesado sobre os preços da commodity durante a maior parte do ano.

Já os contratos de minério de ferro negociados no mercado transoceânico apresentaram queda ontem. No porto chinês de Qingdao, a commodity com teor de pureza 62% fechou a US\$ 90,63 a tonelada, recuo de 0,44% em relação ao dia 24, segundo a publicação “Fastmarkets MB”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2019

Seção: Curtas

Autor:

Título: Vale troca empréstimo

A Vale contratou uma nova linha de crédito rotativo no valor de US\$ 3 bilhões, com prazo de cinco anos. A linha irá substituir outra contratada em 2015, com mesmo valor e prazo, que será cancelada. “Este instrumento representa uma fonte adicional de liquidez e pode ser utilizado pela Vale e algumas de suas subsidiárias em qualquer momento da vida útil do instrumento”, diz o comunicado da companhia divulgado ontem. A contratação foi feita junto a um grupo de 16 bancos globais, liderados por Citigroup, Crédit Agricole, MUFG e

Sumitomo Mitsui. A mineradora possui outra linha no valor de US\$ 2 bilhões. “A linha de crédito rotativo forma um significativo colchão de liquidez e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o foco estratégico da minimização do custo do capital”, informou a administração da mineradora no comunicado oficial de ontem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: RenovaBio dá esperança a indústrias de base

O avanço de políticas de descarbonização da matriz de transportes em vários países a partir do próximo ano - o RenovaBio é o exemplo caseiro desse movimento - está melhorando as expectativas de um aumento da produção de etanol não apenas entre as usinas brasileiras. Começa a crescer também o otimismo entre as indústrias de base, que amargam há uma década o refluxo de investimentos desse setor depois de terem surfado no forte movimento de construção de novas plantas no início do século.

Três indústrias de bens de capital consultadas pelo **Valor** relatam terem percebido recentemente um aumento da demanda por investimentos em expansão de capacidade por novas destilarias anexas a usinas de açúcar para o próximo ano, além de projetos para o processamento de milho.

Além do cenário de expansão da demanda interna por causa do RenovaBio - programa de estímulo à produção de biocombustíveis que acabou de entrar em vigor -, os industriais citam uma expectativa positiva com a demanda da China, que formalmente começa em 2020 sua política de mistura de 10% de etanol na gasolina (E10). A retomada, porém, ainda é lenta, seja por dificuldade de mais empresas investirem em novas plantas, seja por ainda haver capacidade ociosa nas usinas.

“Já temos contratos na carteira para entrega em 2020 que apontam para um crescimento do nosso faturamento de mais de 40% em 2020, para R\$ 300 milhões”, disse Rogério Fanini Junior, diretor de operações da NG Metalúrgica, com fábrica em Piracicaba, um dos principais polos da indústria de bens de capital para as usinas de etanol.

A companhia aproveitou a nova onda de interesse em etanol de milho para se especializar na área. Após entregar no início do segundo semestre equipamentos da nova usina de milho da Inpasa em Sinop (MT), a NG já fechou um novo projeto milho para a cooperativa mato-grossense Alcooad Indústria de Etanol, criada por

produtores de grãos do Estado, em Nova Marilândia. E tem mais três consultas em andamento para a construção de usinas de etanol de milho para o próximo ano, afirma Fanini Junior.

Principal fabricante de destilarias prontas do país, a JW Equipamentos, de Sertãozinho, já tem projetos sendo orçados para 2020 de três novas destilarias completas em usinas de cana que produzem hoje apenas açúcar e uma usina à base de milho em conjunto com a conterrânea Sermasa.

Neste ano, os projetos entregues pela JW se concentraram em novas destilarias e soluções para otimizar recursos, como tanques de vinhaça (subproduto da fabricação de etanol que vira adubo no campo) ou equipamentos para reduzir consumo de vapor, para ser aproveitado em plantas de cogeração de energia, diz Murilo Grecchi, gerente comercial da companhia.

A Sermasa também tem recebido mais consultas para máquinas em destilarias de cana, o que pode impulsionar o faturamento da companhia em 30% no próximo ano, ante aproximadamente R\$ 60 milhões esperado para este ano. “Vai depender de fecharmos projetos de etanol para 2020 e de açúcar para 2021”, afirma Gilberto Santoro, CEO da companhia.

Ainda é cedo, porém, para se falar em uma nova fase na indústria de base que atende usinas. Segundo Luis Carlos Junior Jorge, presidente do Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis (CEISE Br), a carteira de projetos industriais que está sendo montada para 2020 deve ficar no máximo 5% acima da carteira entregue neste ano, sustentada por investimentos guiados pelo RenovaBio. “O programa vai bonificar a usina que for mais eficiente e, para ter nota maior, ela precisa investir em equipamentos mais modernos”.

Jorge alerta que muitas indústrias de base brasileiras podem acabar perdendo o bonde dos investimentos em usinas de etanol de milho para estrangeiras por estarem descapitalizadas. “A gente deveria estar adaptando nossa tecnologia de produção de etanol. Os EUA já têm histórico, mas faltaria pouco para tomarmos a liderança”. A dificuldade dessas indústrias é, avalia, a falta de linhas de financiamento com melhores condições, com carência e taxas menores ao tomador. “Não adianta o governo só olhar o aumento de produção de etanol, mas como aumentar”, defende.

Atualmente há cerca de 20 indústrias de base da região de Sertãozinho e Piracicaba que estão fechadas, e as indústrias metalúrgicas e mecânicas dessas regiões, que superam 1 mil empresas, estão com ociosidade de até 30%, estima o presidente do CeiseBr. Muitas só estão ativas no ramo porque optaram por atender também a outros setores, como os de óleo e gás, papel e celulose, energia elétrica, entre outros.

Ninguém nega, porém, o potencial para novos projetos de etanol. Apenas para atender as estimativas do mercado de dobrar a produção do biocombustível a partir de milho em quatro anos, seria necessário a construção de ao menos sete a dez usinas no Centro-Oeste, calcula o diretor da NG. Para atender as perspectivas do RenovaBio de aumentar o consumo de etanol no país em 18 bilhões de litros em dez anos, Grecchi, da JW, calcula que seria preciso adicionar duas a três destilarias de etanol no país por ano - sem considerar eventuais reativações de usinas hoje paradas.

Na atual temporada (2019/20), o Brasil deve produzir cerca de 35,5 bilhões de litros de etanol, de acordo com a última estimativa divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Desse total, 1,7 bilhão de litros é feito a partir do processamento de milho - o volume mais que dobrou na comparação com a safra anterior, puxado pelos projetos de Mato Grosso.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 27/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura

Título: Gás de cozinha sobe 5% a partir desta sexta

Alta vale para todos os tipos de GLP; Petrobras já havia reajustado botijão de 13 kg em 5% em outubro e em 4% em novembro

São Paulo - A Petrobras irá reajustar o preço do gás de cozinha em cerca de 5% a partir desta sexta-feira (27), segundo a Folha apurou. A alta vale para todos os tipos de GLP (gás liqüefeito de petróleo), que inclui botijões de uso doméstico (13 kg) e industrial (embalagens acima de 13 kg).

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), o preço médio do botijão de 13 kg era de R\$ 69,11 em novembro.

É o terceiro aumento seguido no preço do gás para botijões de 13 quilos. Em novembro, a companhia reajustou em 4% o preço do gás de cozinha. Em outubro, a alta foi de 5%.

Após seis ajustes no ano (cinco altas e uma queda de 8,2%), o combustível tem alta acumulada de quase 10%.

A política de preços da Petrobras prevê o acompanhamento de longo prazo das cotações internacionais, usando médias de 12 meses, com o objetivo de evitar o repasse ao consumidor brasileiro de efeitos sazonais, como aumento do consumo durante o inverno no hemisfério Norte.

O ano tem sido de aumento generalizado no setor de gás. Houve também alta expressiva no gás natural. Entre junho de 2018 e junho de 2019, o preço desse gás entregue a distribuidoras subiu quase 30%.

O preço do gás natural vendido pela Petrobras também acompanha a variação das cotações internacionais de óleos combustíveis e o câmbio. É ajustado a cada três meses.

A alta em 2019 tem forte impacto da escalada do dólar a partir do período eleitoral, quando a moeda americana chegou a bater a casa dos R\$ 4,10. Neste ano, o dólar foi a R\$ 4,26 e agora está em R\$ 4,06.

O governo de Jair Bolsonaro considera o setor de gás estratégico e iniciou um programa para reduzir a pressão de preços no setor. O projeto prevê a redução da participação da Petrobras no gás e o aumento da concorrência privada.

O pacote em gestação inclui ainda outros três pilares: revisão do modelo tributário do setor, incentivo ao uso do gás para geração de energia e novo marco jurídico para a distribuição, para apoiar a figura dos consumidores livres de gás (que podem negociar o produto sem a distribuidora).

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 27/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Hidrelétricas atingem menor nível desde 2014

As hidrelétricas do Sudeste do Brasil, que concentram os maiores reservatórios, estão com o menor nível de armazenamento desde 2014, em meio a chuvas bastante abaixo da média histórica mesmo em um período tradicionalmente de boas precipitações.

As hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste estavam na quarta-feira (25) com 20% da capacidade, ante 26,5% no mesmo dia de 2018 e 18,6% em 2014, pior registro da série.

Analistas e o governo, por ora, descartam riscos de falta de energia em 2020. Segundo especialistas, há um considerável parque de termelétricas a ser acionado para atender a uma demanda que não tem crescido com vigor nos últimos anos, além de uma oferta bem maior proveniente de usinas eólicas e solares que não existiam no passado.

VEÍCULO: O Globo**Data:** 27/12/2019**Seção:** Economia**Autor:** Ramona Ordonez**Título:** Petrobras sobe preço do gás de cozinha em 5% nas refinarias

Para consumidor, alta deve ficar entre 2% e 3%, estima especialista

A Petrobras vai aumentar hoje em 5%, em média, os preços de venda do gás liquefeito de petróleo (GLP) em suas refinarias. O reajuste vale para todos os tipos de GLP, do gás de botijão residencial ao industrial e comercial.

Para o consumidor, se o preço da refinaria for repassado ao valor final, a alta será de 2% a 3%, segundo um técnico do setor. A matéria-prima representa 54% do preço final do produto, explicou.

Este ano, o GLP vendido em botijões teve aumento médio de 10% nas refinarias da Petrobras, de acordo com cálculo de um especialista.

Já o GLP vendido para indústria e comércio, que até novembro tinha preços diferentes daquele do gás de botijão, registrou redução média da ordem de 10% no ano nas refinarias.

Mas os aumentos de preços do gás de botijão nas refinarias não foram repassados para os consumidores. De acordo

com dados da pesquisa de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em janeiro, o preço médio do botijão de 13kg no país era R\$ 69,15; em outubro, seu preço era R\$ 68,77 —ou seja, ficou 0,5% mais barato, enquanto o gás nas refinarias encareceu cerca de 5% no mesmo período.

REPASSE DIFÍCIL

O presidente do Sindigás, que reúne distribuidoras de GLP do país, Sergio Bandeira de Mello, informou que houve redução de 1% no consumo de GLP na comparação com o ano passado. No caso do GLP residencial, a queda foi de 1,4%.

— A recuperação lenta da economia está fazendo com que as pessoas consumam menos GLP, achatando as margens das distribuidoras —diz Mello. — Por causa da menor demanda, todos ficam com dificuldade de repassar para os preços

finais. Se esse novo reajuste for confirmado, vai ter maior pressão na demanda.

MME / ASCOM.